



EÓLICA MANGUE SECO 4 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 11.643.647/0001-58

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balanco patrimonial em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado do exercício - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, expresso em reais)			
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.162	12.527	Fornecedores		1.005	562
Contas a receber de clientes	5	2.483	2.357	Empréstimos	10	5.912	5.449
Tributos a recuperar		135	565	Passivo de arrendamento	8	371	300
Outros ativos circulantes		393	303	Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12.1	206	136
Total do Ativo Circulante		23.173	15.752	Outros passivos circulantes		221	209
Não Circulante				Total Passivo Circulante		7.715	6.656
Realizável a longo prazo				Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	5.086	4.479	Empréstimos	10	32.637	38.489
Contrato de mútuo - parte relacionada	7.1	8.200	7.336	Passivo de arrendamento	8	1.770	1.853
Imobilizado	9	43.740	49.089	Conta de ressarcimento - CCEE	11	21.329	19.056
Intangíveis		10	11	Provisão para desmobilização	13	7	2.198
Direito de uso	8	1.827	1.849	Provisão contingente	14	162	79
Outros ativos não circulantes		613	79	Impostos Diferidos	12.2	1.426	-
Total do Ativo Não Circulante		59.476	62.843	Total Passivo Não Circulante		57.331	61.675
Total do Ativo		82.649	78.595	Capital social	15	8.825	10.981
				Reserva de lucros	15	8.778	(717)
				Total Patrimônio Líquido		17.603	10.264
				Total Passivo e do Patrimônio Líquido		82.649	78.595

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro (Prejuízo) do exercício	12.281	(211)	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		15.204	1.180	
Outros resultados abrangentes	-	-	Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
Resultado abrangente do exercício	12.281	(211)	Depreciação - imobilizado		4.757	5.154	
			Depreciação - arrendamento		313	295	
			Amortização - intangível		-	1	
			Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos		2.904	3.276	
			Ganho de Juros sobre empréstimos - partes relacionadas		(970)	(922)	
			Encargos sobre empréstimos		94	94	
			Juros - arrendamento		143	153	
			Provisão para desmobilização		(1.539)	275	
			Provisão (reversão) de contingências		83	79	
			PIS e COFINS diferido		333	-	
			Rendimento sobre aplicação financeira		(607)	(671)	
			Remensuração do direito de uso		291	-	
			Lucro ajustado		21.006	8.914	
			Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
			Contas a receber de clientes		(126)	12	
			Tributos a recuperar		(67)	(627)	
			Outras contas a receber		-	(734)	
			Ativo de arrendamento		(291)	-	
			Outros ativos		(624)	155	
			Fornecedores e outras contas a pagar		443	4	
			Conta de ressarcimento - CCEE		2.273	7.392	
			Outros passivos		13	70	
			Caixa gerado pelas atividades operacionais		22.627	15.186	
			Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.263)	(1.040)	
			Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.364	14.146	
			Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
			Aquisição de imobilizado		(62)	(17)	
			Aquisição de intangíveis		1	-	
			Títulos e valores mobiliários		-	3.520	
			Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		(61)	3.503	
			Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
			Redução de capital social		(2.156)	(3.770)	
			Dividendos pagos		(2.784)	(283)	
			Pagamento de empréstimos		(5.476)	(5.036)	
			Juros pagos de empréstimos		(2.912)	(3.284)	
			Obrigações por arrendamentos		(446)	(424)	
			Recebimento de empréstimos - partes relacionadas		-	1.946	
			Juros recebidos de empréstimos - partes relacionadas		106	534	
			Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(13.668)	(10.317)	
			Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		7.635	7.332	
			Variação do caixa e equivalentes de caixa				
			No início do período		12.527	5.195	
			No final do período		20.162	12.527	
			Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		7.635	7.332	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Nota	Reserva de lucros		Lucro/Prejuízo do Exercício	Total	
		Reserva de lucros	Reserva legal			
Saldo em 31 dezembro 2023		12.750	283	-	15.245	
Subscrição de capital	15	2.001	-	-	-	
Redução de capital	15	(3.770)	(2.001)	-	-	
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	15	-	-	(211)	(211)	
Absorção do prejuízo	15	-	(211)	-	211	
Distribuição de reserva de lucros	15	-	(283)	-	(283)	
Dividendos antecipados	15	-	-	(717)	(717)	
Saldos em 31 dezembro 2024	15	10.981	-	(717)	10.264	
Redução de capital	15	(2.156)	-	717	(1.439)	
Dividendos intercalares	15	-	(3.503)	-	(3.503)	
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	15	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	15	-	-	-	12.281	
Constituição de reserva de lucros	15	-	614	-	(614)	
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	2.916	-	(2.916)	
Dividendos adicionais propostos	15	-	587	-	(587)	
Constituição da reserva de lucros	15	-	-	-	(8.164)	
Saldos em 31 dezembro 2025	15	8.825	8.164	-	17.603	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Em 31/12/2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 4, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

Es-tado	Cidade	Capa-cidade Instalada (MW)	Potência a partir do 3º Quadrênio (MW)	Térmi-no do con-tra-to CER
Eólica	Guamaré	26	9,776	Junho de 2032

Contrato de Energia de Reserva - CER - A Companhia firmou em 5 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 13 MW para a média de geração do quadriênio 10,209 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 10,209 MW para a média de geração do quadriênio de 9,776 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 10,209 MW para a média de geração do quadriênio de 9,776 MW. Para o 4º quadriênio, iniciado em julho de 2024 houve nova repactuação, com a garantia física chegando a 9,358 MW médio. Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de Conformidade** - As demonstrações contábeis elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 18 de março de 2026. **2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor** - Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia ainda não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Norma	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 51 Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB *International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas. **2.3. Moeda funcional e base de mensuração** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Nota explicativa 9 - Imobilizado; Estimativa de vida útil de ativos; 2.4.1 Estimativas e Premissas - Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. **3. Práticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa** - O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração** - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui a conta reserva classificada nesta categoria. **Mensuração subsequente** - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados

em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atendia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **Passivos financeiros** - São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que

sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - A mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.4. Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, menos os incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor. **3.5. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.6. Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam



EÓLICA MANGUE SECO 4 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 11.643.647/0001-58

o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 30% da energia contratada, a Companhia receberá 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. **3.8. Dividendos** - A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202 os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto, que no ano de 2024 foi considerado 25% ou, se este for omissivo, a importância determinada será de acordo com as seguintes normas: (i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;" **3.9. Contingências** - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências não identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados no valor recuperável. **3.11. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.13. Reconhecimento de receita** - As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. **3.14. Despesas operacionais** - As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.15. Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do CPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia. Em 2025, a Companhia adotou o mesmo regime de tributação pelo lucro presumido conforme o exercício anterior. **3.16. Despesas e receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2025** - A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3.18. Normas emitidas mas ainda não vigentes** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. (i) Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras. Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, **9. Imobilizado: Composição e movimentação dos saldos**

alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras. (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Com relação aos tópicos ii, iii, iv a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
4. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e Banco (i)	34	39
Aplicação financeira (ii)	20.128	12.488
Total	20.162	12.527

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) Os certificados de depósitos bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2025 é de aproximadamente 95,00% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 100,47% do CDI.

	31/12/2025	31/12/2024
5. Contas a receber de clientes		
Suprimentos de energia (i)	2.483	2.357
Total	2.483	2.357

(i) O valor de R\$2.483 em 2025 e R\$2.357 em 2024, refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2025	31/12/2024
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Aplicação financeira - conta BNB (i)	5.086	4.479
Total	5.086	4.479

(i) A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado em 2020. As aplicações são realizadas em fundos de investimento composto por títulos públicos (60%) e operações compromissadas (40%), cujo rendimento no ano de 2025 foi de aproximadamente 95,00% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 95% do CDI. Em 2025 houve repactuação da garantia do empréstimo junto ao BNB com a redução da conta reserva. Entretanto, a conta reserva está em linha com o determinado pelo contrato.

	31/12/2024	Juros	Recebimento de principal	Recebimento de juros	31/12/2025
Manque Seco 3	7.336	970	-	(106)	8.200
Total	7.336	970	-	(106)	8.200

	31/12/2023	Juros	Recebimento de principal	Recebimento de juros	31/12/2024
Manque Seco 3	8.894	922	(1.946)	(534)	7.336
Total	8.894	922	(1.946)	(534)	7.336

Por decisão da administração, o mútuo não foi quitado no ano de 2025. O valor segue atualizado mensalmente pelo CDI, cuja taxa anual foi de 10,81%. Por motivos operacionais a data de vencimento foi atualizada para a competência de 06/2026.

8. Arrendamento e Direito de uso: Composição e movimentação dos saldos

	31/12/2024	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	31/12/2025
Direito de uso (a)	1.849	291	(313)	1.827
Total	1.849	291	(313)	1.827

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Juros	Pagamento	31/12/2024
Obrigações por arrendamento (b)	2.153	291	143	(446)	2.141
Total	2.153	291	143	(446)	2.141
Total circulante	300				371
Total não circulante	1.853				1.770

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Depreciação	31/12/2024
Direito de uso (a)	2.209	(65)	(295)	1.849
Total	2.209	(65)	(295)	1.849

	31/12/2023	Remensuração de contratos (c)	Juros	Pagamento	31/12/2024
Obrigações por arrendamento (b)	2.489	(65)	153	(424)	2.153
Total	2.489	(65)	153	(424)	2.153
Total circulante	287				300
Total não circulante	2.202				1.853

(a) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). (b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de 7,13% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização. a. A remensuração dos contratos refere-se as atualizações dos valores dos contratos de aluguel. Os arrendamentos demonstrados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2025
2027	398
2028	426
2029	457
2030	489
Total	1.770

R\$ Mil	Valor Bruto		Depreciação acumulada	
	31/12/2024	Adições (i)	31/12/2025	Depreciação
Geração - Em Serviço	116.727	62	116.137	(590)
Aerogeradores	90.672	-	90.672	-
Equipamentos de informática	40	7	47	7
Linhas de transmissão	11.118	-	11.118	-
Máquinas e equipamentos	123	55	178	55
Edificações, obras e benfeitorias	14.066	-	14.066	-
Móveis e utensílios	50	-	50	-
Desmobilização	658	(652)	6	(652)
Total do Ativo Imobilizado	116.727	62	116.137	(72.397)

Imobilizado em serviço	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)		Depreciação e Amortização Acumulada		Valor líquido	
	Bruto	Amortizado	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Geração			116.137	(72.397)	43.740	49.089
Custo histórico	4,10%		116.137	(72.397)	43.740	49.089
			116.137	(72.397)	43.740	49.089

R\$ Mil	Valor Bruto		Depreciação acumulada	
	31/12/2023	Adições (i)	31/12/2024	Depreciação
Geração - Em Serviço	116.710	17	116.727	17
Aerogeradores	90.672	-	90.672	-
Equipamentos de informática	36	4	40	4
Linhas de transmissão	11.118	-	11.118	-
Máquinas e equipamentos	110	13	123	13
Edificações, obras e benfeitorias	14.066	-	14.066	-
Móveis e utensílios	50	-	50	-
Desmobilização	658	-	658	-
Total do Ativo Imobilizado	116.710	17	116.727	(67.638)

Imobilizado em serviço	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)		Depreciação e Amortização Acumulada		Valor líquido	
	Bruto	Amortizado	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Geração			116.727	(67.638)	49.089	54.226
Custo histórico	4,42%		116.727	(67.638)	49.089	54.226
			116.727	(67.638)	49.089	54.226

(i) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015. (ii) Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, que foram realizados pela Vertu Assessoria e Avaliações Ltda, em contrapartida a conta de passivo Provisão de desmobilização (NE 13). **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** - A administração analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da administração, não apresentou indicio de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Com relação ao valor recuperável, a Companhia avaliou que apesar dos impactos de geração de receita afetados pelos *Curtailments* (mais detalhes vide Nota Explicativa 11), a administração entende que consiga recuperar o valor dentro do período da concessão. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025. **10. Empréstimos** - A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2025
Operação						
Financiamento BNB (i)	43.938	2.904	(5.476)	(2.912)	94	38.548
Total	43.938	2.904	(5.476)	(2.912)	94	38.548
Total circulante	5.449					5.912
Total não circulante	38.489					32.637

	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2024
Operação						
Financiamento BNB (i)	48.888	3.276	(5.036)	(3.284)	94	43.938
Total	48.888	3.276	(5.036)	(3.284)	94	43.938
Total circulante	5.017					5.449
Total não circulante	43.871					38.489

(i) Em 2011, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. recursos para financiamento da construção do Parque Eólico Mangue Seco 4, à taxa de juros de 9,50% a.a. e com vencimento final em julho de 2031. Os recursos foram liberados em janeiro e março de 2012. Se o pagamento de juros ocorrer na data de vencimento, há um bônus de adimplência de 25% sobre a taxa de juros. O financiamento, classificado no passivo não circulante, sem o efeito do custo apropriado, têm seu vencimento assim programado:

	31/12/2025
2027	6.388
2028	6.831
2029	7.382
2030	7.820
2031	6.465
Total	33.066

Garantias financeiras - As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A Companhia tem a garantia financeira dos títulos e valores mobiliários, conforme a nota 6. **11. Conta de ressarcimento - CCEE: Curtailment** - A companhia, em conformidade com o novo cenário regulatório estabelecido pela Lei nº 15.269/2025, passou a reconhecer o direito ao ressarcimento por curtailment decorrente de indisponibilidade externa e razões elétricas. Em virtude desta nova base legal, a Administração procedeu com a reversão de R\$9 milhões do passivo anteriormente provisionado, montante correspondente à parcela abrangida pela referida legislação. A eficácia do recebimento e a manutenção desta reversão estão condicionadas à assinatura do Termo de Compromisso junto à CCEE, o qual prevê a renúncia aos processos judiciais correlatos. A Companhia informa que irá aderir ao Termo de Compromisso e aguarda a publicação da versão final do instrumento para formalizar a adesão. Em relação aos demais pleitos não contemplados pela nova lei, a metodologia de cálculo e a estratégia de defesa permanecem inalteradas, não tendo sido registrado, até o momento, impacto adicional no resultado ou na posição patrimonial da Companhia. Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Ressarcimento CCEE 4º Quadrênio (iii)	20.868	-
Ressarcimento CCEE 3º Quadrênio (ii)	9.592	1.941
Ressarcimento CCEE 2º Quadrênio (i)	-	17.115
Constrained-off	(9.131)	-
Total	21.329	19.056

Total circulante (i) - **21.329**
Total não circulante (iv) - **19.056**
(i) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2016 a 06/2020. (ii) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2020 a 06/2024. (iii) O valor trata-se do ajuste da diferença entre o recebimento a maior e o fornecimento de energia gerado a menor referente ao contrato com a CCEE ao quadriênio atual de 07/2024 a 06/2028. (iv) A companhia decidiu manter o saldo no longo prazo após conclusão de um Benchmarking no qual foi identificado que o cronograma de pagamento tem previsão de ser divulgado no meio do ano com início de quitação após, pelo menos, 6 meses da data de divulgação. **12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**: A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional	18.856	19.220
Base presunção IRPJ 8%	1.508	1.538
Base presunção CSLL 12%	2.263	2.306
Outras receitas	-	1
Receitas financeiras	3.746	2.418
Base de IRPJ	5.254	3.957
Despesa de IRPJ	(1.289)	(966)
Base de CSLL	6.009	4.726
Despesa de CSLL	(541)	(425)
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.830)	(1.391)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.830)	(1.391)

12.1. Imposto de renda e contribuição



EÓLICA MANGUE SECO 4 – GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 11.643.647/0001-58

somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
c) **Dividendos** - Do saldo, ajustado na forma do art. 202 da lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral, após ouvido o Conselho de Administração.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	12.281	-
Reserva legal (5%)	(614)	-
Base para dividendos	11.667	-
Aliquota	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	2.916	-
Dividendos adicionais	587	-
Total de dividendos propostos	3.503	-

d) **Reserva de lucros** - Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	12.281	-
Reserva legal (5%)	(614)	-
Dividendos mínimos propostos	(2.916)	-
Dividendos adicional propostos	(587)	-
Reserva de lucros	8.164	-
Saldo inicial	(717)	283
Redução de capital	2.156	-
Dividendos pagos via redução de capital	(1.439)	-
Dividendos intercalares	(3.503)	(283)
Dividendos antecipados	-	(717)
Calculado no ano	11.667	-
Total	8.164	(717)

e) **Lucro por ação** - O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	12.281	(211)
Lucro/Prejuízo por ação	0,8928	(0,0123)

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de geração (i)	18.856	19.220
Curtailment (ii)	9.131	-
(-) Tributos sobre a receita	(1.022)	(702)
(-) Encargos do consumidor	(112)	(107)
Total	26.853	18.411

(i) Em 2025, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) impôs sucessivas restrições à geração de energia por ativos eólicos e fotovoltaicos, especialmente no Nordeste. Entre os empreendimentos afetados está o complexo Mangue Seco, incluindo Mangue Seco 4. Essas restrições resultaram em uma redução de 35,22% na geração em relação à meta contratual, impactando diretamente a receita anual da empresa. (ii) Corresponde a receita gerada no exercício de 2025 referente a movimentação de curtailment. **17. Custos dos bens construídos e serviços prestados:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo com depreciação e amortização	(5.117)	(5.152)
Custo com serviços de terceiros	(4.161)	(4.195)
Custo com tributos	(565)	(597)
Custo com seguros	(334)	(293)
Custo com depreciação de arrendamentos	(313)	(295)
Demais custos (i)	468	(918)
Total	(10.022)	(11.450)

(i) Corresponde à baixa de saldo de desmobilização referente ao exercício de 2025. **18. Outras despesas e receitas operacionais:** Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Multas contratuais e regulatórias	-	(2.461)
Pessoal	(202)	(271)
Serviços de terceiros	(339)	(281)
Tributos	(441)	(137)
Gastos diversos	(17)	(87)
Total	(999)	(3.237)

19. Resultado financeiro: Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros e variações monetárias (i)	(4.477)	(4.903)
IOF, Comissões e taxas	(10)	(34)
Outras despesas financeiras	(3)	(25)
Despesas Financeiras	(4.490)	(4.962)
Receita com aplicações financeiras	2.756	1.495
Juros sobre mútuo	970	922
Outras receitas financeiras	20	1
Receitas Financeiras	3.746	2.418
Resultado financeiro líquido	(744)	(2.544)

(i) O valor de juros sobre empréstimos em 31/12/2025 é R\$2.903 e em 31/12/2024 é R\$3.276. O valor de encargos sobre empréstimos em 31/12/2025 é R\$94 e em 31/12/2024 é R\$94. O valor de juros sobre arrendamento em 31/12/2025 é R\$140 e em 31/12/2024 é R\$153. O valor de atualização monetária de desmobilização em 31/12/2025 é R\$1 e em 31/12/2024 é R\$275. Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	20.162	12.527
Títulos e valores mobiliários	2	5.086	4.479
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber de clientes	2	2.483	2.357
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	38.548	43.938
Fornecedores	2	1.005	562

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em

mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **19.1. Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de crédito** - O risco de crédito ocorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE). **Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **19.2. Gestão do capital** - A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **20. Seguros:** As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2025, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (a)	150.000	00004197	21/11/2025 a 21/11/2027
Responsabilidade Civil (b)	5.000	1.510.007.662	21/11/2025 a 21/11/2026

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente. (a) Seguro de risco operacional, com apólice 00004197, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$150 milhões e um prêmio anual no valor de R\$333.255,21. (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 1.510.007.662 pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$5 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$6.972,96.

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora

Vagner Alexandre Serratto - Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Eólica Mangue Seco 4 Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria. Rio de Janeiro, 18 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda. **Roberto Cesar Andrade dos Santos**
CRC SP-015199/F Contador CRC - RJ093771/O

